

9º Exame de Ordem - 1ª fase - 1999

Direito Civil

1. Quanto ao domicílio civil da pessoa natural podemos dizer que:

- (a) Não há qualquer distinção jurídica entre domicílio e residência;
- (b) Domicílio é o lugar do trabalho, portanto diferente de residência;
- (c) É o lugar onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo;
- (d) É o lugar onde a pessoa reside temporariamente.

2. Laudelino, atraído por publicidade televisiva, veio a adquirir uma poderosa faca corta-tudo, fazendo a proposta de compra por telefone, fornecendo seu número de cartão de crédito e outros dados exigidos. De tal negócio assim realizado pode-se dizer que:

- (a) O mesmo somente será obrigatório se o proponente fizer a confirmação expressa em seguida;
- (b) É válida para os efeitos legais a proposta feita por telefone, considerando-se presente a pessoa que assim contrata;
- (c) Apesar da larga utilização, tomando-se uma praxe comercial, a proposta e aceitação feita por telefone não integra o nosso ordenamento civil que é de 1917;
- (d) Não se considera presente a pessoa que contrata por telefone.

3. Considerando a dissolução da sociedade conjugal e a proteção da pessoa dos filhos, é verdade que:

- (a) A mãe que contrai novas núpcias, não perde o direito de ter consigo os filhos;
- (b) Para se manter na posse dos filhos vivendo em concubinato depende de autorização do cônjuge anterior;
- (c) A ocorrência de nova união implica na perda do pátrio poder, embora não implique na perda da guarda dos filhos;
- (d) A nova união poderá influir na perda do direito a pensão dos filhos.

4. Arnaldo reside há dez anos consecutivos em um imóvel locado através de instrumento escrito e atualmente vigorando por prazo indeterminado, tendo sempre cumprido rigorosamente todas as condições do contrato, foi surpreendido com uma notificação para desocupar o imóvel no prazo de doze meses. A hipótese importa para o locatário:

- (a) O direito a uma indenização proporcional ao número de anos em razão do rompimento imotivado do contrato;
- (b) O direito de não pagar os locativos no período estipulado na notificação;
- (c) Findo o prazo proceder a desocupação do imóvel, devolvendo-o nas mesmas condições que o recebeu;
- (d) Poderá ficar ainda mais três meses além do prazo estabelecido.

5. A finalidade buscada pelo artigo 526 do CPC, ao determinar a juntada aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, visa, especificamente:

- (a) Tomar obrigatória a subida dos autos;
- (b) Suspender o decurso do prazo;
- (c) Não há qualquer finalidade prática vez que o Tribunal requisitará informações;
- (d) Possibilitar um eventual júízo de retratação.

6. Não sendo unânime o julgado proferido em apelação, caberá:

- (a) Embargos de declaração e embargos infringentes;
- (b) Requerimento de dúplica;
- (c) Requerimento somente ao relator;

(d) Não caberá qualquer recurso.

7. As publicações dos atos processuais no Diário Oficial do Poder Judiciário, consistem necessariamente em:

- (a) Proceder as intimações do réu para que venha a juízo se defender;
- (b) Forma legal pela qual se dá ciência a alguém dos termos do processo;
- (c) Existem para dar publicidade dos atos judiciais a terceiros;
- (d) Mera formalidade burocrática vez que as intimações devem ser feitas pessoalmente.

8. João, nos autos da ação de investigação de paternidade que lhe fora promovida, ofereceu contestação no décimo sétimo dia depois da juntada do mandado citatório no processo, dando causa a:

- (a) Revelia - reputando-se verdadeiros os fatos articulados, na forma do artigo 285 do CPC;
- (b) Revelia - sem contudo produzir o efeito de verdade, por versar o litígio sobre direito indisponível, na forma do artigo 320, II do CPC;
- (c) Revelia - reputando-se verdadeiros os fatos alegados na forma do artigo 319 do CPC;
- (d) A resposta do réu foi tempestiva em razão do prazo ser de vinte dias nesse tipo de ação.

Direito Penal

9. Em relação às características do inquérito policial, podemos dizer que ele é:

- (a) Oral, público e inquisitivo;
- (b) Escrito, sigiloso e inquisitivo;
- (c) Escrito, sigiloso e contraditório;
- (d) Oral, sigiloso e inquisitivo.

10. A renúncia ao exercício do direito de queixa feita em relação a somente um dos autores do delito terá como um de seus efeitos:

- (a) A extensão dessa renúncia aos demais autores;
- (b) A possibilidade do ofendido de exercer o seu direito de queixa quanto aos demais autores do delito;
- (c) Não é possível haver renúncia ao exercício do direito de queixa;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

11. No sistema processual penal brasileiro, a queixa significa:

- (a) A notícia de crime levada por qualquer pessoa do povo ao conhecimento da autoridade policial;
- (b) A notícia de crime levada pelo ofendido ao conhecimento da autoridade policial;
- (c) O ato processual por meio do qual inicia-se a ação penal de iniciativa privada;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

12. Dentre os princípios que orientam a ação penal pública incondicionada, podemos citar os seguintes:

- (a) Obrigatoriedade, indisponibilidade e oficialidade;
- (b) Conveniência, disponibilidade e oficialidade;
- (c) Conveniência, indisponibilidade e oficialidade;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

13. Roberta, após longa discussão com seu noivo Cláudio, dá-lhe uma bofetada na face esquerda. Qual a infração penal praticada por Roberta?

- (a) Contravenção penal de vias de fato;
- (b) Crime de injúria real;
- (c) Crime de injúria real em concurso material com a contravenção penal de vias de fato;
- (d) Crime de injúria real em concurso formal com a contravenção penal de vias de fato.

14. Após acirrada discussão, Fábio Rodrigues, difamando e injuriando Rogério Donatelo, imputa-lhe fato ofensivo a sua reputação e ofende-lhe a dignidade. Cinco meses após o fato, o ofendido resolve tomar as medidas legais adequadas ao caso. O que poderá ser feito legalmente contra Fábio?

- (a) Nada poderá ser feito contra Fábio, pois decaiu o direito de representação do ofendido;
- (b) Nada poderá ser feito contra Fábio, pois decaiu o direito de queixa do ofendido;
- (c) O ofendido poderá oferecer representação contra Fábio pela prática dos delitos de difamação e injúria;
- (d) O ofendido poderá oferecer queixa contra Fábio, pela prática dos delitos de difamação e injúria.

15. No concurso aparente de normas uma só ação pode, em tese, configurar mais de um delito, entretanto, só uma norma é aplicável, em detrimento das demais mediante a utilização de princípios lógicos e de valoração jurídica do fato. Três são os princípios que regem o conflito aparente de normas:

- (a) Especialidade, legalidade e irretroatividade;
- (b) Especialidade, subsidiariedade e irretroatividade;
- (c) Especialidade, subsidiariedade e consunção;
- (d) Especialidade, legalidade e consunção.

16. O crime doloso, consoante o Código Penal, caracteriza-se quando o agente quer o resultado ou assume o risco de produzi-lo. Isto considerado:

- (a) O conceito de dolo eventual é o mesmo de culpa consciente;
- (b) O dolo direto caracteriza-se quando o agente assume o risco do resultado;
- (c) No dolo eventual o agente não quer o resultado, mas aceita-o como consequência provável da ação;
- (d) O dolo indireto é expresso quando a norma prevê: "... quis o resultado".

Direito Trabalhista

17. Marque a alternativa correta:

- (a) Na Justiça do Trabalho, o empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva não poderá ser impedido do exercício de suas funções;
- (b) Poderá ser transferido para lugar ou mister que lhe dificulte suas tarefas de dirigente sindical;
- (c) Poderá o empregador tomar impossível o desempenho das suas atribuições sindicais;
- (d) Poderá o empregador, em face da eleição do empregado a cargo de dirigente sindical, transferir esse empregado para filial da empresa, localizada em outro Estado da federação.

18. Os atos que importem em malversação ou dilapidação do patrimônio das associações ou entidades sindicais são equiparados ao crime de peculato e são julgados de acordo com:

- (a) A legislação da Justiça Comum;
- (b) A legislação que rege a Previdência Social;

(c) A legislação penal;

(d) Legislação que rege a Previdência Privada.

19. O empregado doméstico regido que é pela Constituição Federal, art. 7º, parágrafo único, Lei nº 5.859, de 11/12/72 e Decreto nº 71.885 de 09/03/73, após trabalhar um ano ininterrupto, sem qualquer falta, para o mesmo empregador, faz jus a:

(a) 30 dias de férias;

(b) A converter 1/3 de férias em pecúnia e descansar 20 dias;

(c) 20 dias de férias;

(d) 10 dias de férias.

20. A Constituição Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho, vedam a dispensa do empregado sindicalizado, ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional e até:

(a) 30 dias após o final do mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave, devidamente apurada nos termos da Consolidação da Leis do Trabalho;

(b) 90 dias após o final do mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave, devidamente apurada nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho;

(c) 1 ano após o final do mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave, devidamente apurada nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho;

(d) 45 dias após o final do mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave, devidamente apurada nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.

21. A medida correicional é meio pelo qual a parte prejudicada pode se defender de:

(a) Despacho que inadmite o Recurso de Revista.

(b) Despacho que inacolhe o Recurso ordinário.

(c) *Error in procedendo*, cometido pelo Juiz, quando este ignora o contexto jurídico que dirige o rito procedimental de uma ação;

(d) Não admitir, nos autos da demanda, o embargo à Execução.

22. Negado seguimento ao Recurso de Revista da empresa, sucumbente nas duas primeiras instancias, a reclamada interpõe Agravo de Instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho e o processo principal baixa à Junta de origem. Nessa hipótese, o reclamante pode:

(a) Executar, em definitivo o pedido deferido;

(b) Providenciar a execução provisória;

(c) Levantar o depósito recursal feito pela empresa, eis que perdedora até então;

(d) Intentar Recurso Ordinário em face da existência de Agravo de Instrumento.

Direito Comercial

23. Assinale a resposta correta:

(a) O cheque visado não é aceito no Brasil;

(b) O sacado, no cheque, não precisa ser instituição financeira;

(c) O cheque é pagável à vista;

(d) O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 90 dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago.

24. Podem falir:

- (a) As sociedades civis sem fins lucrativos;
- (b) As autarquias e sociedades de economia mista;
- (c) As sociedades mercantis;
- (d) As empresas públicas.

25. As ações, nas sociedades anônimas, em relação à forma de circulação, podem ser:

- (a) Ao portador e endossáveis;
- (b) Somente nominativas;
- (c) Nominativas, endossáveis ou ao portador;
- (d) Endossáveis ou ao portador.

26. Na nota promissória é correto afirmar que:

- (a) O endossante, salvo cláusula em contrário, é garante do pagamento;
- (b) O aval não pode ser parcial;
- (c) Não é um título de crédito, sim um contrato;
- (d) O aval só é válido com a outorga uxória.

Direito Tributário

27. Está sujeito ao princípio da reserva de lei complementar, exceto:

- (a) Dispor sobre conflitos de competência;
- (b) Regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;
- (c) Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária;
- (d) Instituir taxas.

28. O CTN (Código Tributário Nacional) foi recepcionado pela CRFB/88 (Constituição da República Federativa do Brasil) com natureza de:

- (a) Emenda constitucional;
- (b) Lei complementar;
- (c) Lei ordinária;
- (d) Norma complementar.

29. As taxas não poderão ter base de cálculo própria dos(as):

- (a) Impostos;
- (b) Empréstimos compulsórios;
- (c) Contribuições de melhoria;
- (d) Contribuições parafiscais.

30. Para a concessão de isenção é imprescindível:

- (a) Emenda constitucional;
- (b) Medida provisória;

(c) Decreto;

(d) Lei específica.

Direito Internacional

31. A nacionalidade derivada, em nosso país, se adquire através do processo voluntário de naturalização. Sobre este tema, qual das alternativas abaixo demonstra de maneira correta os trâmites do processo de naturalização segundo o ordenamento jurídico brasileiro:

(a) A autoridade competente para receber o pedido de naturalização pertence ao Poder Judiciário;

(b) Do indeferimento do pedido de naturalização cabe recurso hierárquico ao Presidente da República;

(c) O certificado de naturalização só será entregue ao naturalizado que em audiência na Justiça Federal provar conhecer a língua portuguesa, que renunciar, expressamente, a nacionalidade anterior e que assumir o compromisso de bem cumprir os deveres de brasileiro;

(d) O deferimento do pedido de naturalização é feito através de resolução do Ministério das Relações Exteriores.

32. Sobre os documentos de viagem internacional podemos afirmar que:

(a) O passaporte oficial é o documento de viagem concedido pelas missões diplomáticas ou repartições consulares brasileiras, ao nacional brasileiro que, estando no exterior e necessitando regressar ao território nacional, não preencha os requisitos para a obtenção de passaporte;

(b) Autorização de Retorno ao Brasil será concedido aos servidores da Administração Direta ou das Autarquias, que viajem em missão oficial ou a serviço dos Governos Federal, Estadual e do Distrito Federal;

(c) O passaporte para estrangeiro poderá ser concedido pelo Departamento de Polícia Federal, no território nacional, ao apátrida e ao de nacionalidade indefinida;

(d) O passaporte oficial será concedido aos adidos das forças armadas.

33. Marque a alternativa correta:

I) As sentenças estrangeiras não poderão ser cumpridas no Brasil, se inexistir Acordo de Reciprocidade com o país de origem.

II) As sentenças estrangeiras de separação judicial não podem ser homologadas no Brasil.

III) Só terão eficácia no Brasil as sentenças estrangeiras que forem homologadas pelo Supremo Tribunal Federal.

IV) As sentenças estrangeiras não produzirão efeitos no Brasil enquanto o Congresso Nacional não ratificá-las.

(a) I e II são verdadeiras e III e IV são falsas;

(b) Todas são falsas;

(c) I, II e IV são verdadeiras e III é falsa;

(d) III é verdadeira.

34. O visto permanente será concedido ao estrangeiro:

(a) Que ingresse no Brasil na condição de estudante conveniado;

(b) Que venha ao Brasil para realizar uma missão de estudos;

(c) que invista no Brasil US\$ 100.000,00;

(d) Aposentado, com mais de 50 anos que, acompanhado de até dois dependentes, que comprovar poder transferir, mensalmente para o Brasil, importância igual ou superior a US\$ 2.000,00 (dois mil dólares americanos).

Direito Constitucional

35. Assinale a alternativa correta:

- (a) O Poder Constituinte originário exercitado, no Estado Federal brasileiro, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, na formulação das suas respectivas Constituições, é limitado e condicionado;
- (b) A proposta de emenda à Constituição Federal será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;
- (c) O Poder Constituinte derivado decorrente utilizado, no Estado Federal brasileiro, pelos Estados Federados, na elaboração das suas respectivas Constituições, é ilimitado e incondicionado;
- (d) A proposta de emenda à Constituição Federal, depois de aprovada pelas Casas do Congresso Nacional, será sancionada e promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem.

36. Afirma-se que a Constituição:

- (a) É rígida, quando contempla, apenas, normas materialmente constitucionais;
- (b) É escrita, quando não admite reforma;
- (c) É promulgada, quando decorre de órgão constituinte composto de representantes do povo, eleitos com a finalidade de elaborá-la;
- (d) É histórica, quando possui uma parte rígida e outra flexível, podendo a segunda ser alterada pelo mesmo processo através do qual são alteradas as leis ordinárias.

37. No Estado Federal Brasileiro:

- (a) Os Estados Federados, a exemplo do que ocorre com a União, o Distrito Federal e os municípios, possuem autonomia política;
- (b) É facultado à União decretar a intervenção federal nos Municípios dos Estados Federados, desde que a medida se destine a pôr termo a grave comprometimento de ordem pública;
- (c) Os Vereadores possuem, além de imunidade material ou inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e nos limites do Estado, também imunidade formal ou processual, esta desde a expedição do diploma, o que inviabiliza a que sejam presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, e processados criminalmente sem prévia licença da Câmara a que pertencerem;
- (d) A União possui competência legislativa remanescente, assim como os Municípios, incumbindo aos Estados Federados a competência legislativa expressa.

38. Assegura-se, com correção, em tema de controle de constitucionalidade:

- (a) Que o Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar, originariamente, ação direta declaratória de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal em face da Constituição Federal;
- (b) Que possuem legitimação ativa para a propositura de ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal e estadual, diante da Constituição Federal, o Presidente da República, as Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e de Assembléia Legislativa, o Governador de Estado, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- (c) Que compete privativamente à Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
- (d) Que o Supremo Tribunal Federal, quando apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

39. Aponte, com base no processo legislativo previsto na Constituição Federal, a alternativa INCORRETA:

- (a) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais;

- (b) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias;
- (c) Os projetos de lei complementar serão aprovados por maioria simples;
- (d) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

40. Destina-se fundamentalmente o mandado de segurança, como remédio constitucional:

- (a) À tutela da liberdade de locomoção própria ou de terceiro.
- (b) À proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;
- (c) A assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, assim como a sua retificação, se incorretas;
- (d) A anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade pública, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Direito Administrativo

41. O meio ambiente ecologicamente equilibrado foi expressamente incluído, a contar de 1988, entre os bens públicos classificados como:

- (a) Dominicais;
- (b) De uso especial;
- (c) De uso comum do povo;
- (d) Patrimoniais.

42. A aposentadoria de um servidor público que, decretada e publicada, somente se aperfeiçoa com o registro dos respectivos proventos no Tribunal de Contas competente, tem a natureza de ato administrativo que se classifica como:

- (a) Simples;
- (b) Complexo;
- (c) Composto;
- (d) Declaratório.

43. Somente por lei específica podem ser criadas:

- (a) Todas as entidades de administração indireta;
- (b) As fundações públicas e as sociedades de economia mista;
- (c) As sociedades de economia mista e suas subsidiárias;
- (d) As autarquias.

44. Deverão ser particularizadas em estatuto jurídico próprio as normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, aplicáveis:

- (a) Aos órgãos da administração direta;
- (b) Às fundações públicas;
- (c) Às empresas públicas;
- (d) Às autarquias.

Deontologia Jurídica

45. Como fica a situação de um Advogado, regularmente inscrito na OAB/RJ, que foi nomeado e empossado no cargo de Secretário de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro?
- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo livremente a advocacia;
 - (b) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando apenas impedido de advogar contra as pessoas de direito público em geral;
 - (c) Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, por consequência, não poderá mais exercer a advocacia;
 - (d) Será licenciado da advocacia, não podendo advogar apenas durante o tempo em que estiver exercendo a função de Secretário de Educação.
46. Qual das hipóteses abaixo que, se praticada por um Advogado, constituirá uma lide temerária?
- (a) Estabelecer os seus honorários advocatícios em valor inferior à Tabela de Honorários da OAB;
 - (b) Propor Reclamação Trabalhista, pleiteando o pagamento das verbas resilitórias em nome de seu Cliente-empregado dispensado pela empresa e que recebeu da mesma todas as verbas trabalhistas devidas;
 - (c) Estabelecer os seus honorários advocatícios em valor muito superior à Tabela de Honorários da OAB;
 - (d) Propor, equivocadamente, uma ação de reintegração de posse, quando a ação correta é a de manutenção de posse.
47. O Advogado José da Silva fez um contrato de honorários (por escrito e com valor certo) com seu Cliente, Pedro, para defender os interesses deste numa Reclamação Trabalhista. Patrocinou a causa até o final e com sucesso, porém Pedro não pagou os honorários contratados. Qual a medida judicial mais adequada para José da Silva cobrar de Pedro aqueles honorários?
- (a) Através da Execução por Quantia Certa, em processo autônomo;
 - (b) Através da Execução por Quantia Certa, nos mesmos autos da ação em que José da Silva atuou como Advogado de Pedro;
 - (c) Através da Ação de Cobrança, pelo procedimento sumário;
 - (d) Através da Ação de Cobrança, pelo procedimento ordinário.
48. No curso de uma ação que patrocina, o Advogado se desentende com seu Cliente e não quer continuar advogando a causa daquele Cliente. Qual a medida correta do referido Advogado?
- (a) Telefonar imediatamente para o Cliente, dizendo que não é mais seu advogado e para ele procurar outro advogado;
 - (b) Requerer ao Juiz do processo que notifique seu cliente para constituir outro Advogado;
 - (c) Nada comunicar ao cliente e substabelecer, sem reservas, a outro Advogado;
 - (d) Dar ciência inequívoca de sua renúncia ao cliente e continuar a representá-lo no processo nos dez dias subseqüentes, se necessário para evitar prejuízo ao mesmo.
49. O Advogado José da Silva foi constituído pelo cônjuge varão e ingressou em juízo com a Ação de Separação contra o cônjuge mulher, alegando a infidelidade desta. Após a audiência preliminar, convencido de que a infidelidade era do cônjuge varão, renunciou ao mandato deste e aceitou o mandato e passou a patrocinar o cônjuge mulher naquela Ação de Separação. O que tipifica o ato de José da Silva?
- (a) Um patrocínio infiel;
 - (b) A violação de segredo profissional;
 - (c) Uma tergiversação;
 - (d) Apenas uma infração disciplinar.
50. O que é necessário para que uma Sociedade de Advogados adquira sua personalidade jurídica e, assim, possa funcionar como tal?
- (a) O registro de seu Contrato social na Junta Comercial;

(b) O registro de seu Contrato Social na OAB;

(c) O registro de seu Contrato Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

(d) O registro de seu Contrato Social no Ministério da Fazenda (C.G.C.).